



1820: a "festa" da Regeneração: permanências e inovações

Autor(es): Proença, Maria Cândida

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43781>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_10_22

Accessed : 31-Dec-2020 16:20:43

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 10

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1988

MARIA CANDIDA PROENÇA *

1820: A «FESTA» DA REGENERAÇÃO: PERMANÊNCIAS E INOVAÇÕES

«La fête révolutionnaire est le lieu privilégié où s'est investi le rêve d'une société nouvelle et d'un monde idéal. Le thème est aujourd'hui à la mode et c'est justice: dans l'instant de la fête se concentrent tous les rêves d'un instant».

Michel Vovelle, *La Mentalité Révolutionnaire*, p. 157.

«Animados os cidadãos desta vila dos mais nobres sentimentos liberais, e intimamente convencidos dos inumeráveis benefícios, que do Pacto Social ora formado devem provir à Nação inteira, esperavam ansiosos o apetecido dia em que com solene juramento se confirmassem e perpetuassem os sentimentos gravados nos corações de todos; e chegado este não houve demonstrações de alegria a pura gratidão que não prodigalizassem; sendo curto o espaço de todo aquele dia e noite de 3 de Novembro para a efusão de júbilo que nos corações animados não cabia; tendo por isso de conceder-se a esta efusão o dia e a noite seguintes».

Carta da Câmara Constitucional de S. Vicente da Beira, de 5/11/1822

Como já acontecera em França e na Espanha, também em Portugal a queda do Antigo Regime envolveu uma mensagem de esperança salvadora transmitida através do vocábulo *regeneração* que, ao tornar-se lema do movimento revolucionário, veio a alcançar assinalável importância no vocabulário político do primeiro triénio liberal.

O vocábulo, largamente utilizado pelos revolucionários vintistas para auto-definir o seu movimento, comporta uma mensagem dinâmica assente na necessidade de se empreender

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

uma acção salvadora que, restituindo à Nação os seus inelidíveis direitos, a libertasse do precipício em que o despotismo a lançara.

Esta esperança de salvação da Pátria contém em si um germe de cunho essencialmente moral e católico. Tal como o pecador se pode regenerar e aspirar à salvação eterna, também a Nação mesmo após a decadência a que o despotismo a conduziu, se poderia salvar pela acção regeneradora do movimento liberal.

Nesta perspectiva a «Regeneração» é simultaneamente um acto moral e político que embora proponha uma nova organização da sociedade, não nega as práticas nem a religião tradicionais. É, aliás, a vertente moral que lhe confere a legitimidade para efectuar as reformas políticas necessárias ao ressurgimento da Nação.

No primeiro período da sua utilização entre nós, o vocábulo e o conceito a ele associado gozaram de larga divulgação aos mais diversos níveis.

A imprensa, a literatura e o teatro foram importantes meios divulgadores do conceito, a que se juntou toda uma simbologia imagética transmitida através das inúmeras alegorias com que então os artistas celebraram a «Regeneração» através de pinturas, gravuras, projectos para monumentos, ou da abundante arquitectura do efémero, então produzida: arcos triunfais, grandiosos cenários alegóricos ou réplicas de monumentos.

Esta arquitectura do efémero, tão ao gosto da época, está intimamente ligada a outra forma de divulgação mais popular e capaz de atrair maior número de participantes — as festividades, comemorações e festejos populares.

Festividades e celebrações não eram novidade em 1820. A festa popular de carácter religioso e folclórico estava já enraizada nas tradições culturais do nosso país, quando a Regeneração também passou a constituir motivo de comemorações.

As tradicionais romarias e festas populares, de cunho essencialmente religioso, inscreviam-se numa dinâmica estrutural, com características ancestrais que ainda hoje permanecem.

Um espaço tão curto como o primeiro triénio liberal poderá ter provocado profundas mudanças nas formas tradicionais das vivências festivas das nossas populações?

É certo que, um pouco por todo o país numerosas foram as manifestações festivas com que se procurou celebrar as datas mais assinaláveis da Revolução Liberal. Importa, por isso, que nos questionemos sobre o que houve de novo nessas celebrações e o que as manteve ligadas às tradições ancestrais do Antigo Regime.

Se bem que no nosso país não possamos falar de uma festa revolucionária pura que tentasse sacralizar determinadas formas cívicas ou práticas sociais, notaram-se contudo tentativas para introduzir algumas práticas que não existiam nas festas de carácter popular e religioso características do Antigo Regime.

Apesar da introdução de novas manifestações cívicas como o juramento das Bases e depois da Constituição, e os discursos ou as recitações de poesias constitucionais, as festividades continuaram a permanecer ligadas à tradição estrutural do Antigo Regime pela sua feição religiosa. A Igreja manteve-se como a parte central da festa e no seu largo se desenrolaram muitas vezes as cerimónias principais.

As festividades em honra da Regeneração nunca perderam o carácter religioso, cristão, católico. Fora de Lisboa e Porto quase não detectámos celebrações que não tenham tido a sua componente religiosa. Muitas vezes, esta era mesmo a única manifestação efectuada. Em Lisboa houve algumas comemorações sem participação religiosa e no Porto tivemos conhecimento de cerimónias de plantação da «Árvore da Liberdade» em 24 de Agosto de 1821, como comemoração do primeiro aniversário do movimento regenerador. Deste tipo de cerimónia que tanto se divulgara em França, no tempo da revolução, não encontramos mais qualquer outro exemplo no nosso país.

Importante para o impacto da festa é o lugar participativo que é dado ao público. Na festa religiosa e folclórica havia grande participação popular. Mesmo as procissões religiosas eram simultaneamente um espectáculo (assistir à sua passagem) e uma participação (incorporar-se no cortejo depois de ver desfilar as figuras principais).

Os cortejos cívicos que se introduziram em algumas festas conservaram o aspecto do espectáculo, mas, perderam em parte a participação. Nos cortejos organizados nas festividades liberais desfilavam as autoridades civis, religiosas e militares (estas muitas vezes em lugar de destaque pela sua participação no movimento regenerador) mas não havia o apelo religioso que levava o povo a incorporar-se nas antigas procissões.

A antiga e solene profissão religiosa, por vezes com exposição do Santíssimo, foi mantida em muitas festividades principalmente nas zonas rurais. A maior parte destas comemorações tinha o seu início na Igreja com a celebração de uma Missa Solene a que se seguia um *Te Deum Laudamus*. Por vezes organizava-se uma procissão em que se incorporavam as autoridades civis e militares. Havia então salvas e descargas e à noite luminárias por dois ou três dias.

As luminárias, componente quase imprescindível em todas as festividades teriam grande impacto junto das populações. Não podemos esquecer que se estava numa época em que havia pouca iluminação e difícil de realizar, daí a sua importância nas manifestações festivas. Além de que, como acontecia com as representações artísticas, a luz poderia ter conotações subjetivas mais elaboradas, pela associação a um novo mundo em que a razão radiosa se opunha às trevas do obscurantismo.

Além das iluminações, em algumas festividades principalmente do Norte do país (Barcelos, Ponte de Lima, Viana) havia sessões de fogo de artifício que podiam dar origem a representações alegóricas no caso de fogo preso.

As procissões ou cortejos cívicos eram de grande importância como símbolo visual de uma hierarquia social. Eram cerimónias cheias de atractivos pelo luxo e colorido das vestes e ao mesmo tempo inspiradoras de respeito pelas hierarquias, já que se processavam sempre segundo uma ordem pré-determinada. Podem, por isso, fornecer-nos dados sobre as hierarquias locais.

«Com o SS. exposto se celebrou uma solene missa com música e sermão o mais constitucional, conducente ao solene acto de juramento que ia prestar-se, no qual o mesmo orador com um incomparável entusiasmo pelo bem da Causa da Nação excedeu as suas próprias forças. Finda a missa seguiu-se o acto de juramento que se praticou com a melhor ordem e com a devida solenidade, e ultimamente se acabou a função solene da Igreja com uma bem ordenada e mui decente procissão em que precedendo os clarins e logo o estandarte da Câmara, acompanhado dos cidadãos da nobreza da Vila e do Termo, seguia a Confraria do SS. e todos os párocos e sacerdotes da Vila e Termo bem paramentados que alternadamente com a música entoavam hinos de gratidão ao Soberano Governador do Universo; seguindo-se em acompanhamento o Juiz de Fora e a Câmara e depois o inumerável povo que observando a melhor ordem, bem indicavam seu ânimo agradecido ao Divino Ente pelos benefícios já recebidos e pelos que em virtude da mais saudável Constituição ainda esperam receber» ⁽¹⁾.

Apesar da introdução da cerimónia cívica do juramento da Constituição, deparamos aqui com uma festa característica de Antigo Regime em que o peso da Igreja é sucessivamente marcado porque é o local preponderante da cerimónia, pelo lugar de destaque ocupado pelos símbolos religiosos e pela posição hierárquica que na procissão ocupam os seus membros.

⁽¹⁾ Carta da Câmara Constitucional de S. Vicente da Beira, de 5/11/1822.

1820: A «Festa» da Regeneração

Em alguns cortejos o lugar de destaque era concedido às autoridades municipais, mas, mesmo nestes casos, havia que seguir com respeito uma ordem pré-estabelecida. No caso de Coruche as celebrações do aniversário das Cortes foram acompanhadas da distribuição de um jantar aos presos das cadeias e aos mendigos.

Para o efeito se organizou um cortejo:

«Se distribuíram igualmente algumas bandejas com viandas pelo modo e ordem seguinte; levavam a primeira os dois Almotacés; a segunda o Escrivão do Senado.... e o Procurador....; a terceira o Vereador mais novo.... e o Vereador segundo....; a quarta o Vereador mais velho.... e o Doutor Juiz de Fora. Precediam no acompanhamento alguns oficiais e Justiça do Geral e Órfãos, logo após a estes os referidos padres, seguiam-se logo os empregados da Câmara e fechava a procissão o Partido dos Soldados na melhor ordem e asseio. Debaixo da maior gravidade e decência de cada um dos ocupados bem como do mais silencioso respeito e admiração dos espectadores passaram à dita Sala, e aí em plena liberdade se mandaram vir os presos e alguns pobres» (2).

Outros cortejos porém, perdiam o carácter hierárquico do Antigo Regime para se tornarem verdadeiras alegorias vivas aos novos acontecimentos.

«Pouco depois se seguiu um Bando de Cavaleiros que uniformemente vestidos ao som de clarins conduziam no centro outros quatro que representavam as emblemáticas figuras da Constituição e dos três poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, precedidos pela emblemática figura da Fama, própria e decentemente vestida, alternadamente recitando falas análogas ao objecto; e se dirigiram à Praça onde nos Paços do Concelho se achava o Juiz de Fora com a Câmara e ali com o maior entusiasmo se levantaram vivas à Constituição e às Cortes; ao Rei Constitucional; aos Regeneradores da Pátria; ao Povo Liberal. E com o mesmo aplauso foram os Cavaleiros recebidos pelo povo em todas as ruas da Vila até se recolherem ao quartel donde tinham saído» (3).

Os cortejos alegóricos pretendiam, pois, dentro de uma óptica pedagógica, transmitir um sistema de imagens e símbolos que fossem o complemento visual do discurso político. A repre-

(2) Carta da Câmara de Coruche, de 26/1/1822. Suprimimos na citação o nome próprio dos vários intervenientes que achámos desnecessário para o objectivo pretendido.

(3) Carta da Câmara Constitucional de S. Vicente da Beira, de 5/11/1822.

sentação alegórica tomava formas variadas: cortejos com figuras vivas; cortejos de carros engalanados; «apresentação de uma máquina de 24 quadros contendo as épocas gloriosas da nossa regeneração» (4); e, fundamentalmente, edificação de inúmeros arcos triunfais.

São muitas as localidades que erigiram arcos triunfais nos seus festejos. Nestes arcos figuravam, em geral, representações simbólicas de figuras conotadas com os novos princípios liberais e gravuras ou retratos de D. João VI, a que se acrescentava a legenda — Rei Constitucional — e/ou de alguns regeneradores e militares. Eram na maior parte dos casos iluminados e engalanados com folhas de louro.

Em Lisboa e no Porto se erigiram os mais destacados arcos triunfais e outras construções para celebrar dignamente os principais acontecimentos políticos.

Um dos mais primorosos arcos triunfais construídos em Lisboa, foi edificado para saudar a entrada da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino na capital. Situava-se junto da rua do Amparo e fora concebido e executado por Domingos Esquiopetta (5).

Além dos numerosos arcos triunfais que, neste dia 1/10/1820 se ergueram entre Sacavém e Lisboa e na própria cidade, outras celebrações foram motivo para a edificação de diversas construções alegóricas não só na capital como em vários pontos do país.

A Joaquim Rafael se ficou a dever o desenho e a pintura de quadros e construções alegóricas para algumas festividades da cidade do Porto (6).

Estas edificações revelam o cuidado que a nova festa revolucionária, de características predominantemente cívicas e políticas, punha na preparação do cenário em que se desenrolava. A encenação era um meio para transmitir através de símbolos visuais os novos conceitos e valores mas, não dispensava a com-

(4) Festividade em Duas Igrejas no dia 26/1/1822, para comemorar o aniversário da instalação das Cortes.

(5) Cf. «Descrição do Arco Triunfal, que os moradores circunvizinhos do Rossio desta capital fizeram construir junto à Rua denominada do Amparo, debaixo da direcção do célebre Pintor e Architecto Domingos Esquiopetta, para receber com dignidade que se torna compatível com as suas proporções, a ilustre Junta Provisória do Supremo Governo do Reino», *O Patriota*, n.º 11, de 9/10/1822.

(6) Cf. «Descrição das festas nacionais públicas com que uma associação patriótica da regeneradora cidade do Porto celebrou os dias nacionais 24 de Agosto e 15 de Setembro de 1821. Com a estampa da iluminação». Porto, s.d. suplemento ao n.º 121 do *Borboleta Constitucional*.

ponente discursiva, verbal ou escrita, que completava ou esclarecia o significado das alegorias. Por isso, muitas festividades foram acompanhadas de proclamações, discursos, canções patrióticas, leitura de poesias, e mesmo distribuição das mesmas ⁽⁷⁾.

A participação do exército era assinalável, principalmente em Lisboa, onde todas as festividades incluíram grandes desfiles militares. Pretendia-se assim lembrar aos espectadores o papel decisivo do exército como agente da Regeneração.

A música era também essencial a qualquer festividade, quer na sua componente religiosa, quer na parte cívica e política. As cerimónias religiosas eram sempre acompanhadas de música e destas podemos destacar a missa solene para coros e orquestra cantada em 28/3/1821 na Igreja de S. Domingos, cuja composição era da autoria de Domingos Bontempo que a oferecera às Cortes em homenagem à Regeneração Portuguesa em 9/3/1821. Em 20 de Outubro do mesmo ano, nas comemorações em louvor de Gomes Freire, também foi executada uma sinfonia deste mesmo compositor.

A parte cívica e política das comemorações era sempre acompanhada pela execução do Hino Constitucional.

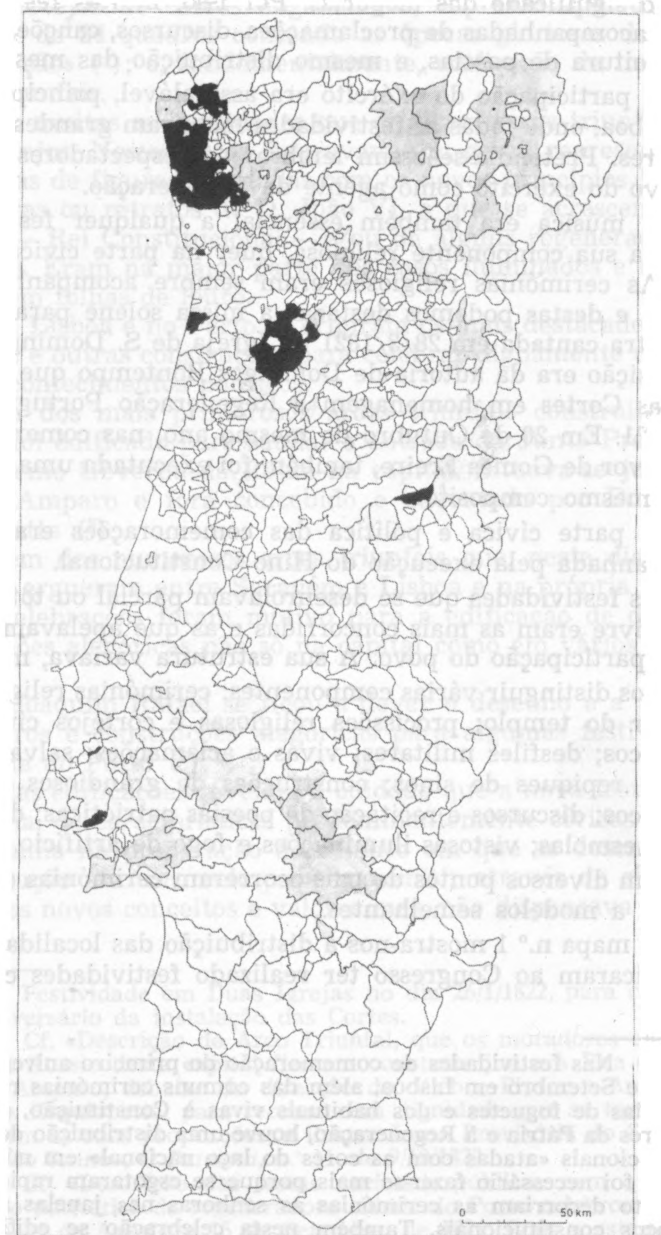
As festividades que se desenrolavam parcial ou totalmente ao ar livre eram as mais concorridas e as que apelavam a uma maior participação do povo. A sua estrutura variava, mas, nela podemos distinguir várias componentes: cerimónias religiosas no interior do templo; procissões religiosas e cortejos cívicos ou alegóricos; desfiles militares; vivas e aclamações; salvas e descargas; repiques de sinos; construções de grandiosos cenários alegóricos; discursos e recitação de poesias patrióticas; distribuição de esmolas; vistosas iluminações e fogo de artifício.

Em diversos pontos do país ocorreram cerimónias que obedeciam a modelos semelhantes.

O mapa n.º 1 mostra-nos a distribuição das localidades que comunicaram ao Congresso ter realizado festividades constitu-

⁽⁷⁾ Nas festividades de comemoração do primeiro aniversário do dia 15 de Setembro em Lisboa, além das comuns cerimónias religiosas, girândolas de foguetes e dos habituais vivas à Constituição, aos regeneradores da Pátria e à Regeneração, houve uma distribuição de poesias constitucionais «atadas com as cores do laço nacional» em número de 12 000 e foi necessário fazer-se mais porque se esgotaram rapidamente. Enquanto decorriam as cerimónias as senhoras nas janelas agitavam os lenços constitucionais. Também nesta celebração se edificou um monumento alegórico, cópia do projecto de Sequeira para o Rossio, e se procedeu a iluminações festivas.

Mapa N.º 1



Fonte: «Correspondência de Adesão ao Sistema Liberal»

cionais, encontrando-se assinaladas aquelas que se destacaram pela frequência e brilhantismo das celebrações ⁽⁸⁾.

Se não se pode afirmar que tenha havido uma forte adesão a este tipo de festa, o mapa permite-nos contudo confirmar que as celebrações não se limitaram apenas às grandes cidades.

Além da festa ao ar livre também se realizaram outros tipos de cerimónias como espectáculos, banquetes e bailes constitucionais. Estas comemorações não visavam a participação do público. Tinham carácter essencialmente pedagógico e propagandístico.

Os espectáculos levados a efeito para comemorar os acontecimentos mais relevantes funcionavam como complemento do discurso político oficial e podiam revestir várias formas: elogios dramáticos, canções patrióticas, recitação de poesias constitucionais.

Segundo o gosto da época, os elogios dramáticos serviam-se da alegoria para transmitirem toda uma simbologia da regeneração que em nada se afastava do discurso tradicionalista regenerador, já nosso conhecido. Nestes moldes vários foram os espectáculos teatrais que se realizaram por todo o país. Em Lisboa, contavam frequentemente com a presença do Rei, dos membros do governo e dos mais conhecidos regeneradores. No resto do país os lugares de honra eram reservados às autoridades municipais, militares e religiosas. Os textos destes espectáculos, de louvor patriótico, não apresentavam inovações estéticas, eram muitas vezes de fraco valor literário, utilizavam a habitual estrutura da «libertação de Lísia» dos «ferros do despotismo» e acentuavam a esperança salvadora no retomar dos velhos sonhos de glória.

Banquetes e bailes constitucionais com que não raro se encerravam as cerimónias, um pouco por todo o país, eram mais um prolongamento do discurso político. Neste tipo de cerimónias se incorporavam saúdes, vivas, discursos e recitação de poesias.

Feita ao ar livre perseguindo objectivos de maior participação popular e gozando do mais amplo poder divulgador, ou limitada a recintos fechados com características mais elitistas, a festa revolucionária apresentou-se como uma herdeira das celebrações do Antigo Regime.

As festividades de características mais populares continuavam ligadas às formas tradicionais pelo grande peso das ceri-

⁽⁸⁾ Convém frisar que se trata apenas de localidades que comunicaram ao Congresso ter realizado festividades liberais. Embora se trate de uma fonte limitada parece-nos ter um certo interesse a elaboração do mapa pois permite-nos verificar que as comemorações não se limitaram às principais cidades.

mónias religiosas, mas, apresentavam características inovadoras na introdução de determinadas práticas cívicas e no conjunto de símbolos transmitidos através das alegorias em qualquer das suas formas: pinturas, arcos triunfais, construções monumentais, cortejos, personagens alegóricas, récitas, poesias e outras manifestações.

Se a alegoria não era novidade, antes um arcaísmo no aspecto artístico, pois já vinha de séculos anteriores, assumia agora uma feição inovadora pelo conjunto de símbolos que passava a transmitir. Pode dizer-se, que através do cenário alegórico, se concretizava em formas visuais um novo conjunto de ideais e valores que se pretendiam divulgar.

Os objectivos pedagógicos e propagandísticos poderiam justificar o novo carácter deste tipo de festividades. Mas, se a festa ganhava em espectáculo, perdia um pouco em participação. O povo assistia mas não poderia tomar a parte activa que desempenhava nas antigas romarias ou festas tradicionais.

De qualquer modo, grande seria a sua influência pela repercussão que podia ter junto das mais diversas camadas da população. Eram, por isso, um meio privilegiado para a transmissão dos novos conceitos e valores e contribuíam para divulgar e consolidar o conceito de regeneração já que o vocábulo era frequente nas inscrições e nas falas das personagens alegóricas.